

MARINHA DO BRASIL

PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA

DIRETRIZES DE CONDUTAS **PARA ENTIDADES CONSIGNATÁRIAS**

Uso indevido de imagem

O uso indevido de imagem da MB é uma prática que vem sendo observada nos últimos tempos, principalmente por parte de algumas **CONSIGNATÁRIAS** contratadas.

Tal fato, além de atentar contra os preceitos éticos, pode, em certos casos, constituir uma ofensa aos preceitos legais vigentes.

Nesse sentido, a MB, após consulta a seus órgão de assessoramento, instituiu regras de conduta, que deverão ser seguidas pelas EC e seus colaboradores.

Base legal em tese aplicável

1 – Item 5.1.4., da Cláusula Quinta, do Contrato assinado com a Pagadoria de Pessoal da Marinha:

5.1.4. Para fim deste Contrato, caberá sempre à CONSIGNATÁRIA a total responsabilidade sobre os atos praticados por seus correspondentes, agenciadores, corretores ou representantes que atuem em seu nome, assim como estabelecido na Resolução nº 4.935 de 29 de julho de 2021, que dispõe:

“Art. 3º O correspondente atua por conta e sobre diretrizes da instituição contratante, que assume inteira responsabilidade pelo atendimento prestado aos clientes usuários por meio do contratado.

“Parágrafo único. Cabe a instituição contratante garantir a integridade, a confiabilidade, a segurança e o sigilo das transações realizadas por meio do contratado, bem o cumprimento da legislação e da regulamentação relativa a essas transações. (...)”

2 – Quando a conduta envolver o uso indevido de itens do uniforme por civil há o regramento previsto no art. 172, do Código Penal Militar, nos seguintes termos:

Uso indevido de uniforme, distintivo ou insígnia militar por qualquer pessoa.

Art. 172. Usar, indevidamente, uniforme, distintivo ou insígnia militar a que não tenha direito.

3 - Para o caso de associação indevida de símbolos, brasões ou distintivos oficiais ao nome, marca ou título de determinado estabelecimento comercial, a Lei de Propriedade Intelectual (Lei nº 9.279/1996) assim preceitua:

Dos crimes cometidos por meio de marca, título de estabelecimento e sinal de propaganda.

Art. 191. Reproduzir ou imitar, de modo que possa induzir em erro ou confusão, armas, brasões ou distintivos oficiais nacionais, estrangeiros ou internacionais, sem a necessária autorização, no todo ou em parte, em marca, título de estabelecimento, nome comercial, insígnia ou sinal de propaganda, ou usar essas reproduções ou imitações com fins econômicos.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem vende ou expõe ou oferece à venda produtos assinalados com essas marcas.

4 - Tratando-se de falsificação de selo, sinal, marca ou qualquer outro símbolo identificador de entidade da administração pública, temos o tipo penal previsto no art. 296 do Código Penal:

Falsificação do selo ou sinal público

Art. 296 - Falsificar, fabricando-os ou alterando-os:

I - selo público destinado a autenticar atos oficiais da União, de Estado ou de Município; e

II - selo ou sinal atribuído por lei a entidade de direito público, ou a autoridade, ou sinal público de tabelião.

§ 1º - Incorre nas mesmas penas:

I - quem faz uso do selo ou sinal falsificado;

II - quem utiliza indevidamente o selo ou sinal verdadeiro em prejuízo de outrem ou em proveito próprio ou alheio; e

III - quem altera, falsifica ou faz uso indevido de marcas, logotipos, siglas ou quaisquer outros símbolos utilizados ou identificadores de órgãos ou entidades da Administração Pública.

Regras de Conduta

As Regras de Conduta a seguir têm como propósito coibir as ações antiéticas e indevidas praticadas pelas **CONSIGNATÁRIA** e seus Correspondentes, item 5.1.4., da Cláusula Quinta, do Contrato assinado com a Pagadoria de Pessoal da Marinha), em desfavor aos militares e pensionistas da Marinha do Brasil (MB), e aquelas que afetam diretamente a imagem desta Força, bem como preservar a qualidade do crédito consignado no âmbito da MB.

1 - É vedado o uso de hino, logomarca, símbolo, uniforme, ou qualquer outra imagem, áudio, vídeo e escrita, vinculando o nome da Marinha do Brasil (MB) a propagandas ofertando crédito consignado, produtos e serviços, caracterizando, desta forma, fins econômicos.

2 - É vedada a utilização de imagens de militares em qualquer tipo de propaganda.

3 - É vedada a utilização do nome de órgãos da MB em contatos e propagandas de qualquer natureza.

4 - É vedado o fornecimento aos militares e pensionistas de e-mail particulares ou funcionais de funcionários de **CONSIGNATÁRIA** e seus correspondentes e agentes, para que sejam cadastrados no Portal.

5 - É vedada a utilização de dados pessoais e financeiros de militares e pensionistas, tais como números de telefones fixos, celulares, número de identidade, CPF, matrícula financeira, endereços, e-mail, dados do bilhete de pagamento, extraídos de contratos e cadastros utilizados para abertura de crédito consignado.

6 - É vedada a solicitação da senha pessoal do militar e pensionista do Portal de Consignações, bem como do seu e-mail pessoal.

7 - É vedada à **CONSIGNATÁRIA**, seus Representantes, Agentes, Correspondentes ou pessoas que atuem em seu nome, exigir do **CONSIGNADO** que digite a sua senha pessoal do Portal de Consignações em computadores, notebook, ou equipamentos similares de propriedade de qualquer um dos agentes acima citados, bem como acessar por esses equipamentos, o e-mail cadastrado pelo militar/pensionista no Portal;

8 - É vedado à **CONSIGNATÁRIA** e seus representantes que atuem em seu nome acompanhar o militar / pensionista a uma OM da MB, para fins de cadastramento de e-mail e/ou qualquer outra atividade relacionada ao crédito consignado.

Rio de Janeiro, RJ, na data da assinatura.

PAULO ROBERTO EIRAS FERNANDES
Capitão de Mar e Guerra (RM1-T)
Chefe do Departamento de Consignações